

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.888 - AL (2018/0323762-1)

AGRAVANTE : ESTADO DE ALAGOAS

PROCURADOR : CRISTIANE SOUZA TORRES CRUZ E OUTRO(S) -
SE002669

AGRAVADO : ELIANE DUARTE BEZERRA

ADVOGADOS : EXPEDITO GOMES DA SILVA - AL001379
ARLETE DE OLIVEIRA SILVA - AL007839

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DE ALAGOAS, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL DO ESTADO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO. INVASÃO DO DOMICÍLIO DA APELADA POR AGENTES DE POLÍCIA DE FORMA INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. EXISTÊNCIA DO NEXO CAUSAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO DEMONSTRADA. REEXAME NECESSÁRIO. CORRIGIDO O TERMO A QUO DE INCIDÊNCIA DOS JUROS. INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA SE MANIFESTAREM NOS TERMOS DO ART. 10 DO NCPC. OBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ART. 1º-F DA LEI DE N.º 9.494/97, ALTERADO PELA LEI DE N.º 11.960/09. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA.

Na origem, trata-se de ação indenizatória ajuizada por Eliane Duarte Bezerra em desfavor do Estado de Alagoas, com o fim de ser ressarcida por suposta lesão moral sofrida em virtude de condutas abusivas da Polícia Militar de Alagoas.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O juízo de primeira instância julgou procedente a demanda, condenando o Estado de Alagoas ao ressarcimento dos danos morais causados à autora, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Em grau recursal, o TJAL negou provimento à apelação cível do Estado de Alagoas, nos termos da ementa acima transcrita.

No recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 994 do CC/02.

Pugna pela diminuição do valor arbitrado a título de danos morais, por considerar o valor excessivo.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula nº 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

Parecer do MPF pelo não conhecimento do recurso, ante a incidência da Súmula nº 7/STJ, nos seguintes termos:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. BUSCA E APREENSÃO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7/STJ.

- Parecer pelo não conhecimento do agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

A jurisprudência desta Corte admite, em caráter excepcional, a alteração do *quantum* arbitrado a título de danos morais, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorreu no caso concreto.

Na hipótese, o Tribunal de origem, à luz das provas dos autos e em vista das circunstâncias fáticas do caso, manteve o *quantum* indenizatório fixado, pela sentença, concluindo que:

No que se refere ao quantum fixado, verifica-se que, em razão da gravidade dos fatos narrados nos autos, é certo que o valor disposto na sentença mostra-se razoável e o proporcional. Ademais, caso seja fixado em montante menor, por certo, perderá sua função educativa e não servirá como coibição à humilhação praticada, posto que não o servirá como meio de impedir e não se mostrará apto a desencorajar a prática de novos ilícitos.

(...)

Bem examinados, portanto, os padrões de quantificação de ressarcimento pelos quais se tem conduzido esta Corte, e tendo em conta o princípio da razoabilidade e as peculiaridades da demanda, em face da ofensa causada pela conduta ilícita do apelante, a sua possibilidade econômica e principalmente a título de coibição da conduta realizada, entendo ter agido acertadamente o magistrado a quo ao fixar o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) à título de reparação, razão pela qual mantenho o quantum fixado na sentença. (fl. 128)

Tal contexto não autoriza a redução pretendida, de maneira que não há como acolher a pretensão do Recorrente agravante, em face da Súmula 7/STJ.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DA SEGURADORA DENUNCIADA À LIDE. POSSIBILIDADE. DANO MORAL. PRETENDIDA REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

(...)

3. Relativamente ao valor da condenação, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos.

Dessa forma, para aferir a proporcionalidade do quantum indenizatório decorrente de responsabilidade civil, é preciso analisar os fatos e provas trazidos aos autos, atraindo novamente a incidência da Súmula 7/STJ.

(...)

7. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1747203/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 06/02/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO VERIFICADO VALOR EXCESSIVO. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA.

I - O presente feito decorre de ação que objetiva indenização por danos materiais e morais. Na sentença, julgaram-se parcialmente procedentes os pedidos. No Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a sentença foi mantida.

II - A controvérsia recursal está centrada no valor indenizatório fixado a título de danos morais decorrentes de ato ilegal praticado por policial civil que, além de agredir o recorrido, atingiu-o com dois tiros na perna direita, alegando o recorrente que o valor se mostra exorbitante.

III - Esta Corte de Justiça procede à revisão de verbas indenizatórias em situações bastante excepcionais: quando a verba tenha sido fixada em valor irrisório ou exorbitante. Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 904.302/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 11/4/2017 e AgInt no AREsp n. 873.844/TO, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/3/2017, DJe 27/3/2017.

IV - Além de não excessivo o valor arbitrado diante das peculiaridades do caso concreto, para se concluir de modo diverso do acórdão recorrido, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento esse vedado no âmbito do recurso especial, em razão do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

V - Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do referido óbice sumular impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017 e AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma,

julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1317105/CE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 10/12/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

